



INTERRUPÇÕES DA AÇÃO DE IR À ESCOLA NO CONTEXTO RIBEIRINHO DE MANAUS: INTERPRETAÇÕES POSSÍVEIS DA TAXA DE ABANDONO ESCOLAR NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, MANAUS-AM

**INTERRUPTIONS IN THE ACTION OF GOING TO SCHOOL IN THE
RIVERSIDE CONTEXT OF MANAUS: POSSIBLE INTERPRETATIONS
OF THE SCHOOL DROPOUT RATE IN THE NOSSA SENHORA DE
FÁTIMA COMMUNITY**

INTERRUPÇÕES DA AÇÃO DE IR À ESCOLA NO CONTEXTO RIBEIRINHO DE MANAUS: INTERPRETAÇÕES POSSÍVEIS DA TAXA DE ABANDONO ESCOLAR NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, MANAUS-AM

INTERRUPTIONS IN THE ACTION OF GOING TO SCHOOL IN THE RIVERSIDE CONTEXT OF MANAUS: POSSIBLE INTERPRETATIONS OF THE SCHOOL DROPOUT RATE IN THE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA COMMUNITY

Bianca Doza¹ | Nestor André Kaercher²

Recebimento: 31/01/2026
Aceite: 01/05/2026

¹ Mestre em Geografia (UFRGS).
Docente na Secretaria Municipal de Educação de Rio Preto da Eva. Rio Preto da Eva - AM, Brasil.
E-mail: bdoza99gmail.com

² Doutor em Geografia Humana (USP).
Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre - RS, Brasil.
E-mail: nestorandrek@gmail.com

RESUMO

A produção textual a seguir refere-se ao levantamento de dados para subsidiar uma pesquisa de mestrado sobre as escolas ribeirinhas de Manaus. Dentre as temáticas possíveis de serem compreendidas nessa realidade, nos interessa a ação de ir à escola, as mudanças no caminho dos estudantes decorrentes das oscilações do Rio Negro e as políticas públicas que asseguram o acesso à educação formal. Como recorte espacial, investigamos a Escola Municipal José Sobreira do Nascimento, na Comunidade Nossa Senhora de Fátima (Manaus – AM). Alinhado ao nosso interesse geral, optamos pela taxa de abandono escolar devido à possibilidade de mensurar o ato de ir à escola. A partir desses dados, nosso objetivo foi identificar os períodos de aumento da taxa de evasão e relacionar às cheias e vazantes atípicas do Rio Negro. Para isso, iniciamos pela contextualização da dinâmica populacional no campo de Manaus, bem como o funcionamento da educação básica em contextos rurais. Em seguida, realizamos uma série histórica da evasão escolar entre 2007 e 2022 referente à taxa de abandono escolar nas escolas ribeirinhas do município e da comunidade. Por fim, inserimos ainda as cotas mínima e máxima do Rio Negro referente aos anos analisados. A partir dessa análise de dados, apresentamos as manifestações no Programa Caminho da Escola na Comunidade Nossa Senhora de Fátima. Dessa forma, foi possível verificar possíveis relações entre a evasão escolar e os eventos extremos de cheia e vazante do Rio Negro, bem como a realização de políticas públicas que assegurem o acesso à escola.

Palavras-chave: Escola ribeirinha. Educação do campo. Evasão escolar. Censo escolar. Programa Caminho da Escola.

ABSTRACT

The following text refers to data collection to support a master's thesis on riverside schools in Manaus. Among the possible themes to be understood in this reality, we are interested in the act of going to school, the changes in students' paths resulting from the fluctuations of the Rio Negro, and the public policies that ensure access to formal education. As a spatial focus, we investigated the José Sobreira do Nascimento Municipal School, in the Nossa Senhora de Fátima Community (Manaus-AM). Aligned with our general interest, we opted for the school dropout rate due to the possibility of measuring the act of going to school. From this data, our objective was to identify periods of increased dropout rates and relate them to atypical floods and low water levels of the Rio Negro. To this end, we began by contextualizing the population dynamics in the Manaus countryside, as well as the functioning of basic education in rural contexts. Next, we conducted a historical series of school dropout rates between 2007 and 2022, focusing on the dropout rate in riverside schools within the municipality and the community. Finally, we also included the minimum and maximum water levels of the Rio Negro for the years analyzed. Based on this data analysis, we present the findings of the "Caminho da Escola" (School Route) Program in the Nossa Senhora de Fátima Community. This allowed us to identify potential relationships between school dropout rates and extreme flood and ebb events of the Rio Negro, as well as the implementation of public policies that ensure access to education.

Keywords: Riverside school. Rural education. School dropout. School census. School Path Program.

INTRODUÇÃO

Esse texto apresenta um estudo de caso referente ao interesse geral no deslocamento dos estudantes da educação básica. Ao olhar para uma sala de aula, indagamo-nos: como e por que os alunos chegaram até aqui? Nesse universo, investigamos as escolas ribeirinhas de Manaus, enfatizando a interferência do rio no cotidiano das crianças e adolescentes.

Por ação, nos referimos a um conjunto de atos que, por sua vez, é um comportamento formado por orientação, situação, regulação e esforço (Santos, 2004, p. 78). Por meio da ação, atribuímos funções aos objetos. Esse último refere-se a "tudo o que existe no mundo da concreção e no mundo da representação e do imaginário" (Santos, 2004, p. 123). Por esse motivo, ocorre uma indissociabilidade entre o sistema de objetos e ações (Santos, 2004, 21 p.).

Nesse contexto, a escola é aqui entendida como um lugar, ou seja, uma expressão particular da totalidade que, nesse caso, é a escolarização. Esse último fenômeno procura se impor em todo o globo. Contudo, suas formas de existência, apesar de não serem independentes, são únicas.

Por conta disso, uma mesma escola pode motivar diferentes ações. A ida para a escola, por exemplo, pode ser o cumprimento de uma obrigação ou a busca por acolhimento. A partir dessa ação, os estudantes usam e criam objetos por meio de seus atos cotidianos.



No contexto ribeirinho de Manaus, recorte espacial da nossa pesquisa, essa parte do cotidiano é mediada pelo rio em sua dança de cheia e vazante. Para adentrarmos nessa realidade, além da escala municipal, enfatizamos o recorte comunitário. Dentre os lugares possíveis, estamos investigando a Comunidade Nossa Senhora de Fátima, criada na década de 60, onde fica localizada a Escola Municipal José Sobreira do Nascimento.

Dentre os indicadores possíveis para compreender a educação básica neste lugar, escolhemos a taxa de evasão devido à relação com o ato cotidiano de ir à escola, mostrando sua interrupção ao longo do tempo. Com esse trabalho, sistematizamos alguns subsídios para a implementação de políticas públicas como o Programa Caminho da Escola. A partir da análise dos dados, ressaltamos as potencialidades de análise fornecidas pelo censo escolar, podendo tornar-se ainda mais revelador quando realizado com seriedade e autonomia.

Diante dessa temática, pretendemos responder: quais as oscilações ao longo do tempo da taxa de abandono escolar? Quais as possíveis relações com a taxa de abandono escolar? Como o Programa Caminho da Escola está sendo implementado? Para respondê-las, elencamos como objetivo: a) identificar os períodos de aumento das taxas de abandono escolar e b) relacionar com cheias e vazantes atípicas e c) apresentar os registros acerca do transporte escolar na Comunidade Nossa Senhora de Fátima.

Para isso, contextualizamos o dinamismo da população do campo a partir dos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 1970 e 2022. Em seguida, realizamos uma série histórica da evasão escolar entre 2007 e 2022, presente na tabela de “Taxa de Rendimento”. O recorte temporal corresponde ao período disponível na plataforma do Governo Federal (INEP, acesso em 15 de fevereiro de 2024). No que se refere ao recorte espacial, analisamos dados na escala municipal e comunitária. A primeira refere-se à média das taxas de abandono das escolas ribeirinhas de Manaus.

Nos dados disponíveis, não há distinção entre as zonas da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Na organização do Ensino Fundamental, a SEMED possui sete divisões distritais zonais: Sul, Centro-Sul, Leste I e II, Oeste, Centro-Oeste e as zonas rurais Rodoviária e Ribeirinha.



Para acessar os dados dessa última, foi necessário identificar cada uma das quarenta e oito escolas ribeirinhas. Nessa busca, consideramos somente as instituições com dados disponíveis. Essa limitação ocorreu porque algumas instituições não possuem informações ou só aparecem nos censos escolares mais recentes (principalmente as escolas indígenas). Por fim, os altos índices de evasão foram relacionados aos períodos de cheia e vazante atípicas.

Como principais referenciais teóricos acerca do desenvolvimento, destacam-se Santos e Oliveira (2017), que apresentam uma contextualização do conceito em diferentes momentos históricos. Em um desses momentos, a noção de desenvolvimento assemelha-se ao crescimento, distinção estabelecida na obra de Perroux (1987).

Em uma concepção mais ampla e humanista, encontram-se, nas obras de Sen (2000) e Buarque (2002), abordagens voltadas, respectivamente, à liberdade e à escala local. Por fim, Nazzari et al. (2004) e Inchuca e Rodrigues (2025) relacionam o desenvolvimento, enquanto conceito e política, ao contexto escolar.

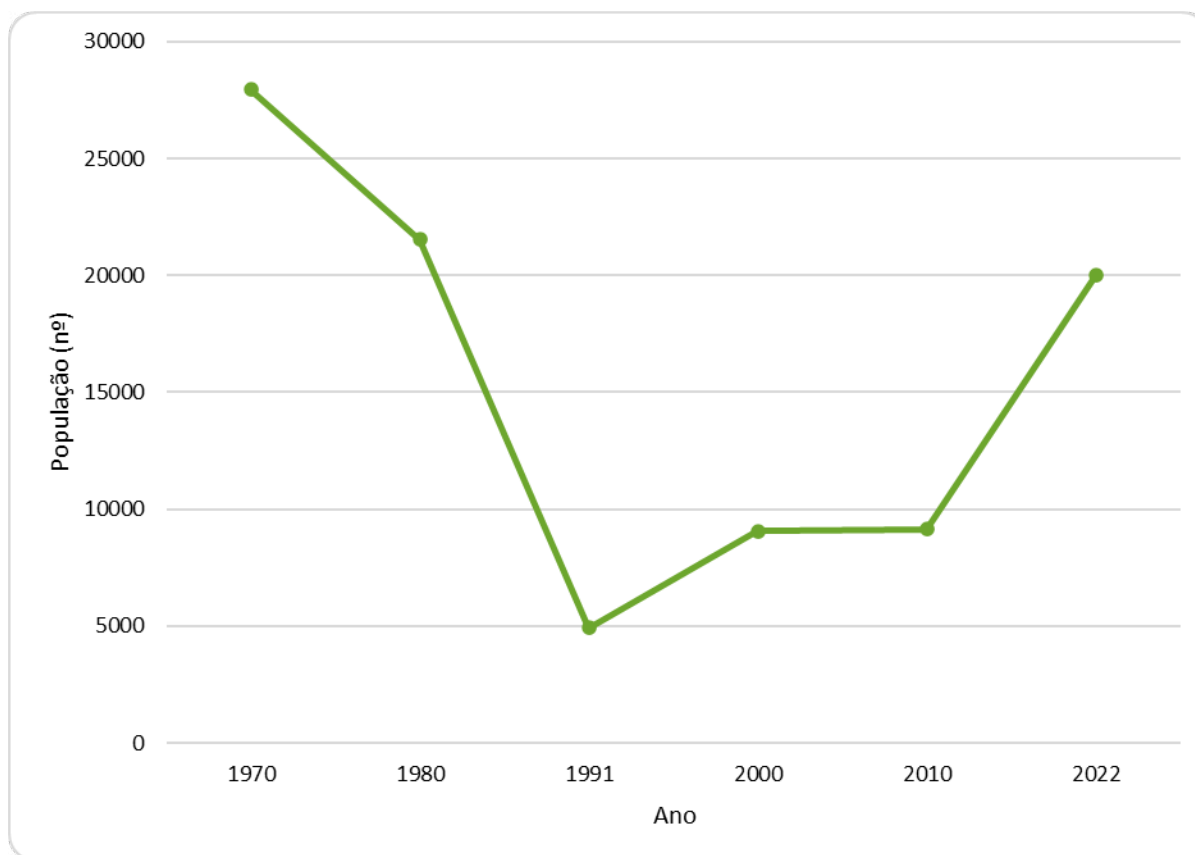
Esse repertório teórico-conceitual foi mobilizado no estudo de caso da Escola Municipal José Sobreira do Nascimento, localizada na Comunidade Nossa Senhora de Fátima. A seguir, apresenta-se uma contextualização da educação na zona rural de Manaus e na referida comunidade.

A ESCOLA E SEU ENTORNO: A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MANAUS E A COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Antes de adentrarmos a educação em contextos rurais no município, faz-se necessário contextualizar a população do campo. Para isso, utilizaremos os registros do censo demográfico do IBGE entre 1970 e 2022.



Figura 1 | Gráfico do quantitativo populacional da área rural de Manaus-AM.



Fonte: IBGE, acesso em 09 de fevereiro de 2024; autoria (elaboração), 2024.

Atualmente, segundo o censo demográfico do IBGE de 2022, a população de Manaus é de 2.063.689 (IBGE, acesso 24 de março de 2024). Em 2022, os residentes em áreas rurais correspondiam a cerca de 0,979% da população total.

Contudo, considerando que na época a cidade possuía 2.063.689 cidadãos, a população do campo aumentou de cerca de nove mil em 2010 para vinte mil em 2022, um aumento de aproximadamente 119% (SIDRA, 09 de fevereiro de 2024). Para fins de comparação, tal quantidade ultrapassa a população de Japurá município em 2022 (IBGE, acesso 28 de março de 2024).

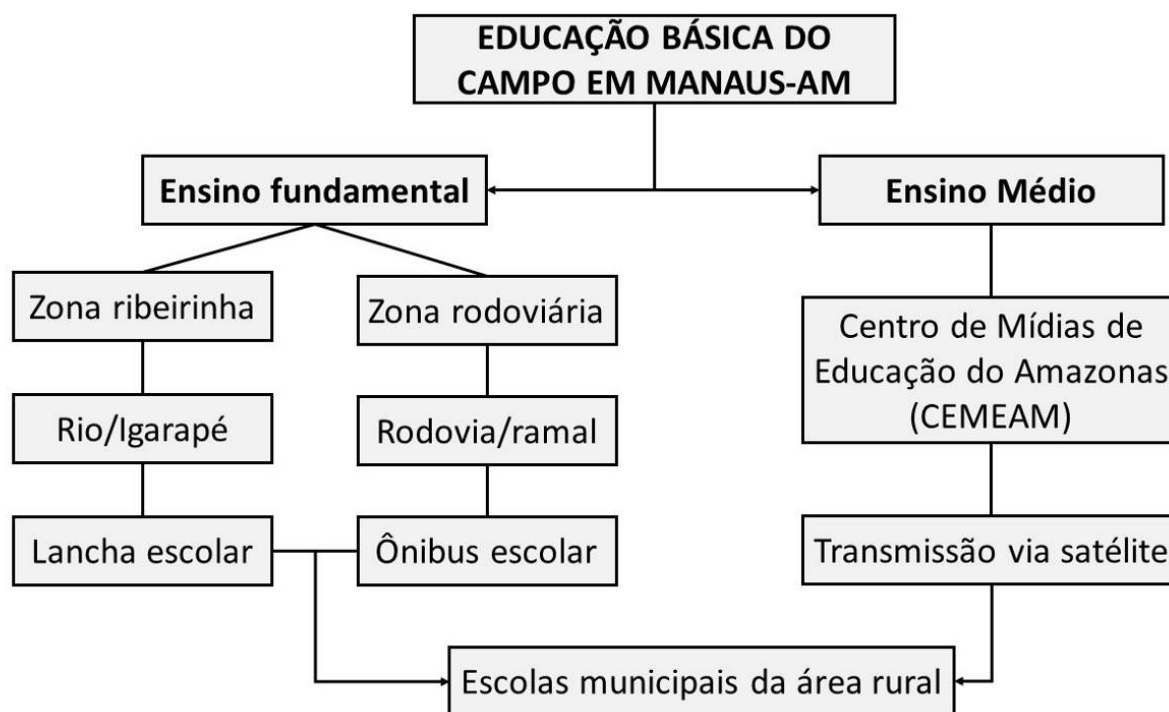
Essa descrição apresenta população do campo em geral, às margens dos rios e das rodovias. Nesse caso, ambas protagonizaram o êxodo rural acentuado entre as décadas de 70 e 80. Esse fenômeno ocorreu devido a instalação da Zona Franca de Manaus (1967) o aumento da população urbana em relação à rural.

No contexto ribeirinho, nosso interesse, o êxodo rural foi acentuado por cheias atípicas. Em 1975 e 1976, o nível do rio ultrapassou os vinte e nove metros, sendo que a média é 18m (Porto de Manaus, acesso em 20 de janeiro de 2026).

Com isso, o cultivo na várzea (porção de terra fértil depositada pelo rio) ficou inviável. O plantio nesses locais depende da redução dos níveis do rio, que deixa o solo fértil exposto. Com as terras submergidas, o aparente brilho da atividade fabril ficou ainda mais luminoso.

Contudo, a prosperidade não brilhou para todos. Os que não foram excluídos nas favelas retornaram ao campo, ocasionando o aumento populacional na década de 90 e estabilização entre 2000 e 2010. Para sua permanência, um dos serviços fundamentais é a educação básica, que possui a seguinte forma de existência (figura 2):

Figura 2 | Fluxograma da educação básica na área rural de Manaus-AM.



Elaboração: autoria, 2024.

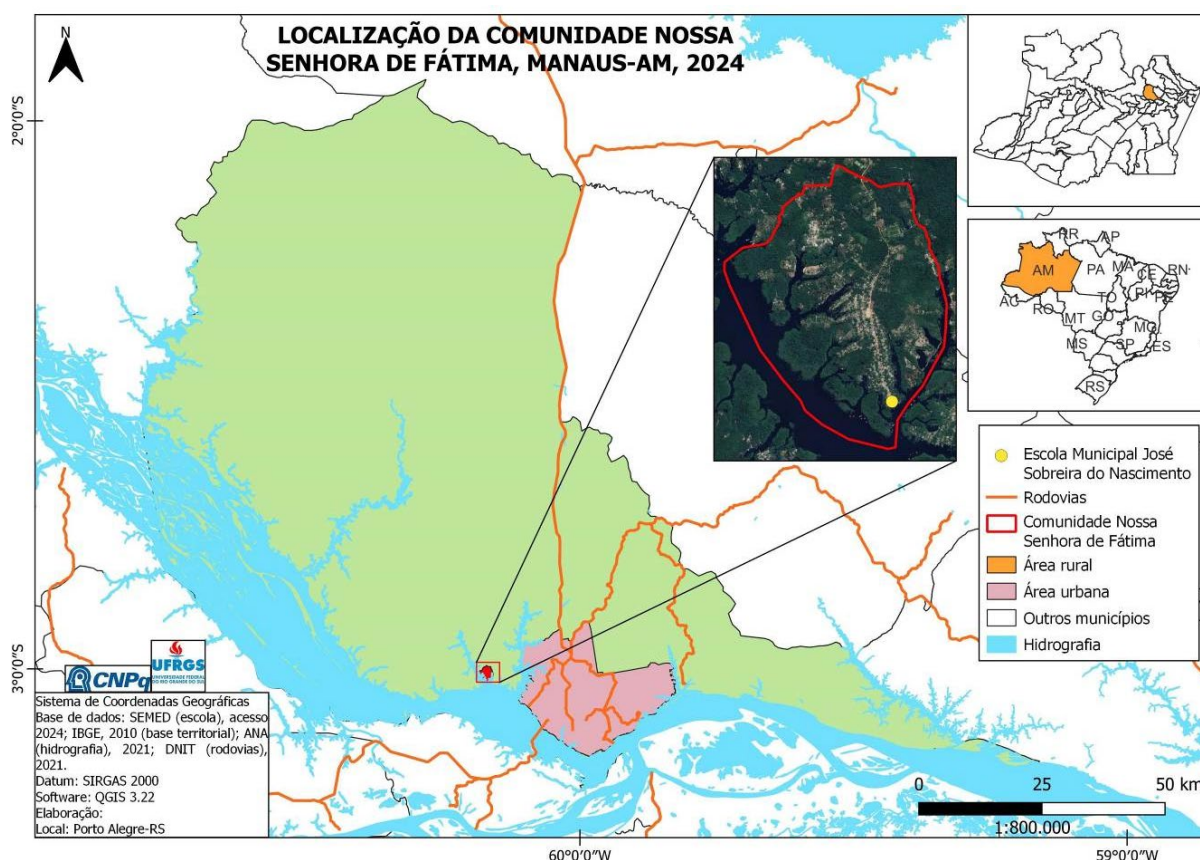
A partir da figura 2, quero ressaltar os objetos que a escola mobiliza para existir. Em muitos lugares do mundo, ocorre esse encontro de pessoas para ensinar-aprender os saberes de uma área do conhecimento.

Contudo, o processo geral de escolarização se encaixa e modifica o espaço já existente, assumindo formas específicas em cada lugar. Na educação do campo em Manaus, o Ensino Fundamental ocorre na modalidade presencial e mobiliza o transporte aquaviário e rodoviário para levar alunos e professores às escolas nas comunidades às margens dos rios e/ou rodovias.

Já o Ensino Médio ocorre por meio da educação presencial mediada por tecnologia. Nessa condição, as aulas são gravadas no CEMEAM e transmitidas ao vivo. Os estudantes, por sua vez, vão até a escola (geralmente no turno da noite) e interagem com os professores por meio dos computadores, a depender da disponibilidade de eletricidade e equipamentos eletrônicos como fone, microfone, mouse e teclado.

Nesse contexto, a ênfase da nossa pesquisa é o Ensino Fundamental e o percurso dos estudantes pelos rios. Dentre os lugares onde essa ação se realiza, nos deteremos à Comunidade Nossa Senhora de Fátima, que possui a seguinte localização (figura 3):

Figura 3 | Mapa de localização da Comunidade Nossa Senhora de Fátima.



Fonte: SEMED, acesso em 1 de novembro de 2023; IBGE, acesso em 12 de janeiro de 2024.

Elaboração: autora, 2024.



A comunidade foi criada na década de 60 do século XX, quando Nelson Gonçalves e sua família saíram de Coari para a cidade de Manaus (Teles, 2017). No local, instalaram-se numa ocupação localizada no Centro conhecida como “Cidade Flutuante”, um conjunto de casas sobre as águas que chegou a reunir doze mil pessoas (Souza, 2010).

Contudo, devido aos conflitos do uso do espaço central e à má estética que a pobreza causava na cidade, as famílias foram desalojadas. Nelson Gonçalves e seus familiares passaram a vagar pelo Rio Negro até encontrar as terras de José Sobreira do Nascimento.

Nas terras do proprietário, Nelson Gonçalves e seu filho delimitaram os lotes, cadastraram as famílias e distribuíram as terras. Com isso, garantiram o acesso à educação, religião e esporte sem precisar ir à área urbana de Manaus. Mesmo assim, foi o nome do proprietário que estampou o muro da escola, que possui a seguinte fachada (figura 4):

Figura 4 | Fotografia da Escola Municipal José Sobreira do Nascimento, na Comunidade Nossa Senhora de Fátima, Manaus-AM.



Fonte: acervo pessoal, 02/07/2024.

Na figura 4, além da escola destacam-se também ao fundo o rio Tarumã-Mirim, o porto, postes de eletricidade e alguns veículos particulares. Na comunidade, logo na entrada pela via fluvial é possível acessar serviços de transporte de carro, moto e até van (kombi), uma vez que as casas são distantes.

Apesar da presença de outros modais de transporte, a escola não possui estacionamento. Isso se deve principalmente à predominância do modal aquaviário. Para chegar até a escola, professores e estudantes utilizam a lancha escolar.

Diante dessa exposição, percorremos parte dos caminhos da educação do campo em Manaus. Ele se faz pela transmissão via satélite no Ensino Médio e pelo ramal (ramificação de uma estrada, geralmente não é asfaltado) ou o rio no Ensino Fundamental.

Com isso, observamos a ação dos estudantes que, mesmo no gesto mais corriqueiro de ir à escola, é um conjunto de atos transformadores do espaço. Para isso, faz-se uso de objetos para, assim, tornar a escola uma expressão particular da escolarização.

Tais objetos podem encontrar-se na própria escola, a exemplo de livros, quadro branco e computadores. Outros, encontram-se fora dos muros e podem ser observados na figura 4: o porto, a estrada de barro, o rio, o poste de eletricidade.

Para usá-los e atribuírem-lhe significado, os estudantes percorrem caminhos que dançam ao ritmo do rio. Para acompanharmos o baile, vejamos agora possíveis relações entre a dinâmica de cheia e vazante com a taxa de abandono escolar.

DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO: INFERÊNCIAS SOBRE AS TAXA DE EVASÃO A PARTIR DO CENSO ESCOLAR

O tema do desenvolvimento começou a ganhar destaque por volta de 1950, especialmente no campo da Economia voltada às políticas públicas (Santos e Oliveira, 2017). Ainda no século XX, o “desenvolvimento” tornou-se a principal propaganda de governos e empresas, tanto como política quanto como ideologia (Santos e Oliveira, 2017). Nesse contexto, progresso e desenvolvimento passaram a ser sinônimos de crescimento. Contudo, crescimento e desenvolvimento são conceitos distintos.

O crescimento refere-se à dimensão de uma unidade no longo prazo (Perroux, 1987). O desenvolvimento, por sua vez, consiste na expansão das atividades humanas na sociedade por meio da troca de bens e serviços, informações e símbolos (Perroux, 1987), tendo como objetivo a eliminação de assimetrias regionais (Inchuca, Rodrigues e Scoleso, 2025).



Nesse sentido, o desenvolvimento pode ser relacionado à expansão das liberdades (Sen, 2000). A liberdade, portanto, constitui um meio para se chegar ao desenvolvimento, ao suprir não apenas necessidades imediatas, mas também ao ampliar as capacidades que os indivíduos podem desenvolver no que tange à participação política e à liberdade de expressão (Sen, 2000).

Na escala local, o desenvolvimento pode ser entendido como uma mudança endógena que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida em pequenas unidades territoriais (Buarque, 2002). Uma de suas etapas consiste em priorizar as instituições públicas locais. Dentre as instituições protagonistas, destaca-se, neste texto, a escola.

O ensino formal na escola possibilita a inserção do indivíduo na produção cultural sistematizada, permitindo, a partir dos estudos clássicos e gerais, a compreensão e a intervenção em problemáticas locais. Nesse sentido, a educação contribui para a valorização e o fortalecimento das redes de capital social dos cidadãos (Nazzari et al., 2004), influenciando a geração de conhecimento, a compreensão da realidade e a formação de uma identidade coletiva (Inchuca, Rodrigues e Scoleso, 2025).

Um dos meios de monitorar as mudanças na educação básica é o censo escolar, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Realizado anualmente desde 1991, ele abrange o ensino regular, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial e Educação Profissional e Tecnológica (INEP, acesso em 14 de junho de 2024).

Nesse texto, enfatizamos o recorte da educação do campo no contexto ribeirinho de Manaus. A partir dos dados do censo escolar, adentramos uma realidade que não é a nossa para, assim, analisar subsídios para políticas públicas de acesso à educação.

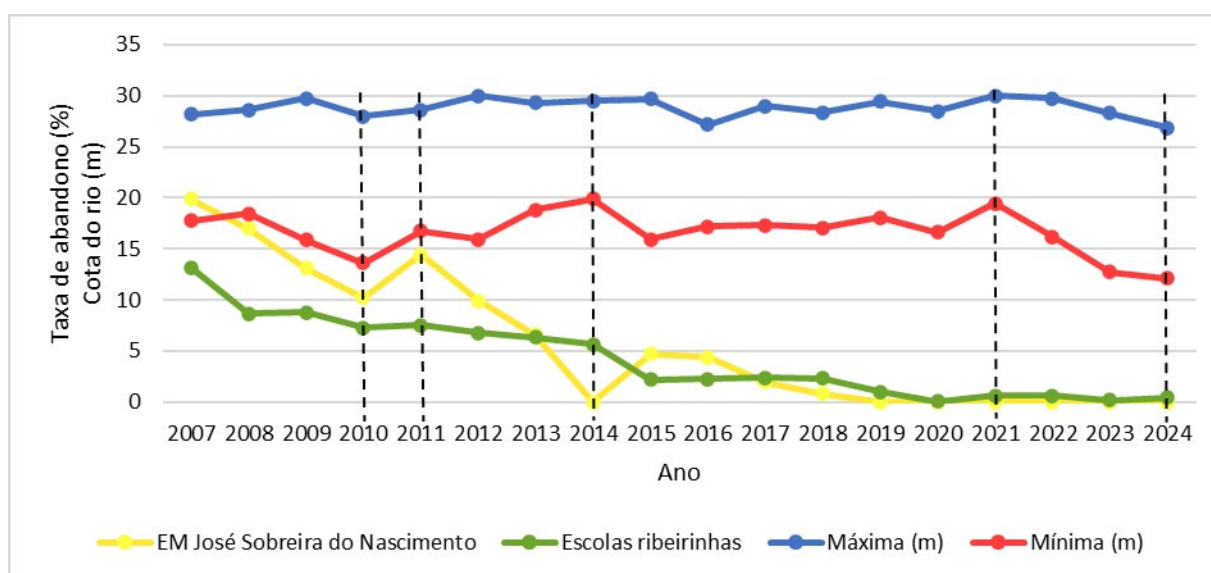
Somado ao recorte espacial e temático em questão, buscamos no site do Porto de Manaus as cotas máximas e mínimas do Rio Negro. Essa dinâmica de subida e descida do rio geralmente possui um período delimitado: a cheia ocorre entre outubro e março, enquanto a vazante se acentua entre abril e setembro.

Com isso, o próprio calendário das escolas do Rio Negro é alterado. Devido às dimensões desse rio, a entrada e saída de água do sistema hídrico demora para manifestar-se no curso principal. Por conta disso, as repercussões da falta de chuva só se manifestam no nível da água a partir do mês de julho, intensificando-se em outubro, momento de interrupção das aulas no Rio Negro.



No Igarapé Tarumã-Mirim, onde se localiza a Escola Municipal José Sobreira do Nascimento, as águas sobem no mês de março (Glória, 2012), conferindo maior mobilidade e rapidez a lancha escolar. Consolida-se, assim, o domínio do rio principal (Rio Negro) sobre seu afluente (Tarumã-Mirim), “é quando os pequenos igarapés se ‘transformam’ em rios” (Glória, 2012, p. 103). A partir do interesse nessa realidade, obtivemos os seguintes resultados (figura 5):

Figura 5 | Gráfico da taxa de evasão nas escolas rurais de Manaus e na Escola Municipal José Sobreira do Nascimento juntamente com as cotas mínimas e máximas do Rio Negro.



Fonte: INEP, acesso em 15 de fevereiro de 2024 (2007 a 2022); autoria (elaboração), 2024.

Na figura 5, destacamos três momentos para fazermos algumas considerações: 2010 e 2011 (analisados conjuntamente), 2015 e 2024. Apesar de não ser um fator causal, a cheia e a vazante atravessam o cotidiano dos ribeirinhos e os caminhos até escola.

Para entendermos os pontos críticos da figura 5, a máxima registrada até hoje no Rio Negro é de 30,02m (2021) na cheia e 12,70m (2023) na vazante (Porto de Manaus, acesso em 20 de janeiro de 2026). Em suma: quanto mais próxima de 30 a linha azul estiver, mais severa será a cheia; quanto mais próximo de 12 a linha vermelha estiver, mais severa será a vazante.

Em 2010 e 2011, houve, respectivamente, um período de vazante e cheia atípicas. Desses dois eventos, o mais drástico foi a vazante de 2010, fazendo com que a cota atingisse 13,63 m (Porto de Manaus, acesso em 20 de janeiro de 2026). Em 2011, a Escola Municipal José Sobreira

do Nascimento registrou um aumento da taxa de evasão, diferentemente da média das escolas ribeirinhas de Manaus, que se mantiveram estáveis.

Ao analisar o mês de outubro, onde se encontram os menores valores, a seca histórica de 2024 registrou a mínima de 12,11 m, sendo superada no ano seguinte, quando o rio atingiu 12,11 m. De forma geral, os níveis das águas diminuem entre julho e novembro (vazante), voltando a subir entre dezembro e julho. Apesar dos níveis ficarem próximos dos 25 metros, os eventos extremos estão sendo recorrentes, especialmente as secas.

Além dos motivos sociais e individuais que escapam da influência do rio e dos valores desse gráfico, deve-se considerar ainda as diferentes repercussões nos afluentes do Rio Negro. A medição leva em conta o rio principal, mas a entrada e saída de água nos tributários seguem tempos e dinâmicas diferentes, apesar de correlatas.

Nesse sentido, a vazante atípica de 2010 pode ter repercutido na Bacia do Tarumã-Mirim no ano seguinte. Apesar da escola ser acessível a maior parte do ano, conforme demonstrou Sidney Glória (2012), a vazante impossibilita que a embarcação chegue até o porto.

Nas escolas ribeirinhas no geral (linha verde), o nível se manteve e só diminuiu em 2015, quando houve também uma redução nos níveis das águas. Na Escola Municipal José Sobreira do Nascimento, houve um aumento em 2015 que se manteve no ano seguinte.

Em 2024, houve a vazante mais severa até o momento. Apesar disso, não verificamos o aumento da taxa de abandono nas escolas ribeirinhas de Manaus e na Escola Municipal José Sobreira do Nascimento. Isso se deve principalmente ao recurso do ensino remoto em casos extremos, como ocorreu no período da pandemia de Covid-19 e na vazante atípica de 2023. Nesse caso, a preocupação passa a ser a disponibilidade de energia elétrica, internet e equipamentos eletrônicos.

Além disso, outro fator não quantificável a considerar é a pressão que a classe política, sobretudo na escala municipal, exerce para que haja bons índices na educação, sem que haja necessariamente a manifestação desses números na realidade. Ao realizarmos séries históricas no censo escolar, constata-se, com certa desconfiança, que os problemas da educação básica foram resolvidos.

Observa-se uma redução ou mesmo a inexistência não só de evasão escolar, mas de outros parâmetros como distorção idade e série e reprovação. No último caso, por exemplo, a solução é



simples: proibiu-se o professor de reprovar, não pela emancipação do aluno, tampouco por uma melhoria cognitiva e social, mas para criar uma imagem de eficiência da gestão escolar.

Com essa contestação, não exigimos o direito à reprovação. Afinal, numa terra de tantas carências, essa demanda não é a mais salutar da nossa prática docente. O que queremos enfatizar é o potencial de monitoramento das condições da educação básica por meio do censo escolar, sendo necessário, para isso, maior fiscalização e transparência para que o mesmo não se reduza ao beneficiamento da imagem da classe política local.

A partir dele, políticas públicas como o Programa Caminho da Escola podem ter sua eficácia monitorada, haja vista que o objetivo do programa é reduzir a evasão escolar por meio da oferta de bicicleta, ônibus e, no caso analisado, lanchas escolares. Na comunidade Nossa Senhora de Fátima, os transportes utilizados eram uma lancha e o micro-ônibus.

Figura 6 | Lancha escolar utilizada.



Fonte: acervo pessoal, 25/06/2024.

Figura 7 | Ônibus escolar utilizado.



Fonte: acervo pessoal, 02/07/2024.

Para adquiri-los, os estados e municípios podem aderir ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com recurso próprio, por meio de convênio ou solicitando uma linha de crédito especial pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Uma vez integrados, podem adquirir o veículo por meio de pregão eletrônico, forma de licitação que possibilita o contato com vários fornecedores via internet, prevalecendo a proposta mais barata e efetivando a parceria após análise da habilitação da empresa.

Em 2024, foi constada uma parceria público-privada engendrada pelo governo municipal de David Almeida (Avante). Ao invés de uma lancha da prefeitura, a embarcação era da Cooperativa dos Profissionais de Transporte Fluvial da Marina do Davi (ACAMDAF). Uma das mudanças relatadas pelos professores foi a redução de uma lancha na frota. Com isso, a escola contava no período de uma lancha para professores e alunos, sendo necessário duas viagens: a primeira (estudantes) às 16h30min e a segunda (professores e residentes do porto) 17h30min, cujos registros e observações serão apresentados adiante.

Além dessa dificuldade, outro desafio era o caminho dos estudantes. Apesar do transporte fluvial, era necessário caminhar até o ponto de embarque, cujo tempo podia chegar até 30 minutos, com variações no período da vazante, pois o porto mudava de lugar (quadro 1):

Quadro 1 | Horários dos deslocamentos dos estudantes.

Estudante1	Comunidade	Transporte	Saída da residência	Ponto de embarque	Escola
15	Do Abelha	Lancha	9h30min/9h45min/9h50min	10h/10h30min	11h
13	Do Abelha	Lancha	9h40min	10h10min/10h30min	11h
19	Do Abelha	Lancha	9h10min	10h30min	11h
18	Do Abelha	Lancha	Em frente à residência	10h30min	11h
20	São João	Lancha	Em frente à residência	10h	10h30min
4, 10 e 17	Marina do Davi	Lancha	Em frente à residência	11h	11h30min
1, 5, 6, 7, 9, 12 e 14	Nossa Senhora de Fátima	Ônibus	Próximo da residência	11h30min/11h40min	11h50min/11h55min
2 e 3	Nossa Senhora de Fátima	A pé	11h35min/11h40min	Não há	11h45min/11h52min

Fonte: autoria (organização), 7ª A (informações).

Ao analisar o quadro 1, nota-se que as longas caminhadas ocorrem principalmente entre os estudantes que utilizam o transporte fluvial. Para eles, não houve registro de bicicletas, por exemplo. A partir dessa exposição, partimos de um indicador (abandono escolar) e navegamos por um conjunto de eventos para explicá-lo, principalmente a oscilação do rio. Com isso, verificamos que a oscilação do abandono escolar se elevou em 2011 e 2015.

1 Os estudantes foram identificados por número conforme a ordem alfabética.



Com base no que foi exposto, observa-se que os períodos de aumento das taxas de abandono escolar não possuem uma relação direta com os períodos de cheia e vazantes atípicos. Provavelmente, isso se deve aos efeitos posteriores nos afluentes do Rio Negro.

Além disso, outros fatores não analisados também se relacionam com o rio e o cotidiano escolar dos ribeirinhos. Nesse sentido, destaca-se a agricultura familiar, afetada principalmente no período de cheia devido à imersão das terras cultiváveis.

Por esse motivo, a relação dificilmente é captada num gráfico, já que a taxa de evasão se manifestou no ano posterior aos eventos extremos. Ainda assim, o gráfico permite o registro no tempo e no espaço de tais acontecimentos.

A partir deste trabalho, busca-se evidenciar as dificuldades de acesso à escola e suas relações com as políticas públicas. O principal desafio identificado refere-se à navegabilidade dos rios durante os períodos de seca extrema. Embora a vazante constitua elemento intrínseco à dinâmica hídrica regional, observa-se a intensificação e maior recorrência de eventos extremos, sobretudo das vazantes.

No mês de outubro de 2023, a seca histórica registrou a cota mínima de 12,70 m, valor que foi superado no ano subsequente, quando o rio atingiu 12,11 m. Em 2022, o menor nível registrado no mesmo período foi de 16,19 m, enquanto, em 2002, vinte anos antes, atingiu 17,19 m, evidenciando uma tendência de agravamento do fenômeno.

No que concerne às políticas públicas, destaca-se o Programa Caminho da Escola como principal iniciativa voltada à assistência ao transporte escolar. Todavia, para além das condicionantes naturais, foram identificados fatores de ordem política que interferem diretamente na circulação da frota escolar. Dentre estes, sobressai o financiamento de processos de privatização engendrados pelo poder público municipal, os quais têm contribuído para a redução da frota fluvial.

Nesse sentido, ressalta-se que os entraves à circulação de pessoas e informações na Amazônia — mais especificamente na Comunidade Nossa Senhora de Fátima — não decorrem exclusivamente de fatores naturais, mas também do uso político dos recursos disponíveis. Como evidência, observa-se a transferência da responsabilidade pelo transporte de professores e estudantes a uma cooperativa voltada ao turismo, que passou a disponibilizar apenas uma embarcação para tal

finalidade, em contraste com períodos anteriores, nos quais a lancha era administrada pelo poder público municipal de Manaus.

À luz dos resultados obtidos, podem-se enunciar as seguintes proposições: (i) a redução das taxas de evasão escolar não implica, necessariamente, melhoria nas condições de transporte; (ii) os desafios que incidem sobre o acesso à escola possuem natureza tanto ambiental quanto política; (iii) a educação básica configura-se como o meio mais acessível e socialmente difundido para a promoção do desenvolvimento.

No que se refere às taxas de evasão escolar, embora os dados indiquem um cenário aparentemente positivo, o trabalho de campo evidenciou a concomitante redução da frota fluvial. Tal constatação corrobora a segunda proposição, uma vez que os desafios identificados não se restringem à dinâmica natural passível de mensuração — como os regimes de cheia e vazante —, mas envolvem, sobretudo, a forma como determinados grupos políticos se apropriam e gerem os recursos, especialmente no contexto de processos de privatização no âmbito educacional.

Por fim, ressalta-se que, no contexto da escola pública, o retorno financeiro não se configura como imediato. Ainda assim, constitui dever do Estado assegurar os recursos necessários ao seu pleno funcionamento, com vistas não apenas ao atendimento das necessidades imediatas de escolarização, mas também à garantia da participação política, do acesso à informação e do exercício da liberdade de expressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da nossa tentativa de explicar por meio da dinâmica de cheia e vazante, as condições para ir à escola não se limitam aos aspectos naturais do caminho. A partir dos dados, ao invés da certeza, revestimos nosso olhar geográfico de dúvidas acerca do deslocamento dos estudantes das escolas ribeirinhas de Manaus.

A partir dos gráficos, nota-se que a taxa de evasão nas escolas ribeirinhas está numa descida contínua. Porém, quando se compara com a dinâmica de uma escola específica, nota-se que a aparente linearidade oscila.



Tanto a média das escolas ribeirinhas quanto a Escola Municipal José Sobreira do Nascimento apresentam uma baixa constante na evasão desde 2017. Contudo, a baixa taxa de abandono escolar deve-se aos mecanismos de ensino remoto adotados na pandemia de Covid-19 e utilizados em cheias e, principalmente, vazantes atípicas.

Ainda assim, o transporte escolar é um mecanismo fundamental de acesso à educação, tendo como principal política pública o Programa Caminho da Escola. Apesar da presença de micro-ônibus e lancha, os estudantes, sobretudo os que utilizam a lancha escolar, ainda precisam percorrer longas distância. Além disso, com a redução da frota do transporte aquaviário, as viagens tornaram-se mais longas para professores e estudantes.

O censo escolar, nesse sentido, foi utilizado aqui com o intuito de verificar a eficácia do programa nos períodos de cheia e vazante atípicas. Contudo, deve-se considerar fatores de difícil mensuração, como a pressão exercida pela classe política local para que a escola apresente bons índices. Apesar dos números por si só não representarem a realidade, é necessário reivindicar transparência na elaboração e disposição dos dados, possibilitando, se não a mudança social, pelo menos a monitoração das políticas que asseguram direitos básicos como o acesso à educação.

Com esses avanços e lacunas, buscamos fornecer a quem ler e quem escreve a sensibilização do olhar ao entrar em contato com essa realidade. Antes de certezas, registramos uma reflexão temporária e refutável, cuja comprovação é constantemente buscada e modificada.

Dessa forma, buscamos apresentar, a partir de um estudo de caso, uma concepção de desenvolvimento que não se restrinja ao lucro imediato. Para isso, consideramos a educação básica, em especial o Ensino Fundamental, cuja participação no mundo do trabalho não ocorre de forma imediata, mas encontra na escola a principal fonte de acesso à informações confiável e socialmente construídas, possibilitando não só sua formação técnica, mas principalmente o desenvolvimento de suas potencialidade humanas para construir uma sociedade mais livre a partir da participação popular.

Apesar das modificações do censo escolar em benefício da imagem da classe política, ele serve como mecanismo de monitoramento das condições da educação e elaboração de políticas públicas.



REFERÊNCIAS

BUARQUE, Sérgio. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

GLÓRIA, Sidiney Araújo. **Estudos hidrológicos como subsídio para a melhoria do acesso dos alunos do ensino fundamental às escolas ribeirinhas na Bacia do Tarumã-Mirim, Manaus/AM**. 2012. 107 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

INCHUCA, Luís Jó Sandramo; RODRIGUES, Waldecy; SCOLESO, Fabiana. Educação, governança e desenvolvimento regional: correlação, princípios e conceitos. **Revista Educação e Saber – REdeS**, v. 2, n. especial, Anais do II Seminário Internacional, V Seminário Nacional e VII Seminário Regional sobre Educação e Desenvolvimento Regional, p. 455–468, 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Organização do território (base territorial)**. Disponível em: <https://shre.ink/r5GQ>. Acesso em: 12 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades: Japurá**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/japura/panorama>. Acesso em: 28 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População residente, área territorial e densidade demográfica – 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 24 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)**. Tabela 202 – População residente por sexo e situação de domicílio. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202>. Acesso em: 9 fev. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo escolar**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 14 jun. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Taxas de rendimento escolar**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento-escolar>. Acesso em: 15 fev. 2024.

NAZZARI, Rosana Kátia; CAMINATI, José Gilmar de Oliveira; ANTUNES, Edna Regina; SILVA, Débora Aparecida Cardoso da; TEODORO JUNIOR, Antônio; TEODORO, Paulo André Valente Barros; RAIZEL, Tiago. Desenvolvimento, capital social e educação no Brasil. In: **Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas**, 3., 2004, Cascavel. *Anais [...]* Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2004. v. 1, p. 1–7.

PERROUX, François. **Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

PORTO DE MANAUS. **Nível do Rio Negro**. Disponível em: <https://n9.cl/q1krq>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SANTOS, Leandro; OLIVEIRA, Cássio. In: SPOSITO, Eliseu. **Glossário de Geografia Humana e Econômica**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MANAUS (SEMED). **Unidade administrativa**. Disponível em: <https://abrir.link/Ycb3R>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUSA, Flávio Eliziario de; FREIESLEBEN, Mariane. A educação como fator de desenvolvimento regional. **Revista FAE**,



Curitiba, v. 21, n. 2, p. 163–178, jul./dez. 2018.

SOUZA, Leno. **A “cidade flutuante” de Manaus: discutindo conceitos.** *Revista Aedos*, Porto Alegre, v. 3, n. 6, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/12507>. Acesso em: 29 mar. 2024.

TELES, Gilmar Araújo. **As relações de poder no processo da organização sociopolítica na Comunidade Nossa Senhora de Fátima.** 2017. 107 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.



